

Dia 08.03, às 19h

NOTA À IMPRENSA

Somente a superficialidade típica dos julgamentos realizados no Plenário Virtual e o atual debate político-jurídico sobre emendas parlamentares poderão justificar o recebimento da denúncia.

Há documentos ilegíveis, mídias que não estão disponíveis e que foram manipuladas pelos investigadores sem qualquer cautela e metodologia, restando comprometido o direito de defesa.

Com a sessão de julgamento ainda em curso, a Defesa do Deputado Pastor Gil segue acompanhando a disponibilização dos votos dos Ministros da Primeira Turma.

MAURÍCIO CAMPOS JÚNIOR
ADVOGADO